

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Imparcial Class.: 140

Data: 15/11/85 Pg.: \_\_\_\_\_

CIMI DENUNCIA “MANOBRA SÓRDIDA”

A Regional de Rondônia do Conselho Indigenista Missionário — Cimi, reagiu, ontem, às eleições do governo estadual de que milhares de famílias de

agricultores estão sendo prejudicadas pela demarcação da reserva dos índios Uru-eu-au-au. A reação do Cimi

foi a divulgação de uma

«nota a imprensa», através da qual denuncia «a sórdida manobra de grupos políticos, criando conflitos entre índios e posseiros, com objetivos eleitoreiros ou agindo disfarçadamente a serviço de latifundiários, mineradoras e outros conglomerados econômicos».

No documento distribuído à Imprensa, num certo trecho o Cimi acusa que, a exemplo do que ocorre em

outras regiões, também em Rondônia os índios sempre foram vítimas do interesse desenvolvimentista. E cita alguns números: em 1948, o seringalista João Chaves confessou a um jornal carioca ter assassinado mais de 100 índios «boca-negra»; em 1950, o seringalista matou um bom número de índios «pakaá-nova» durante expedição às suas aldeias.

# CIMI ADVERTE PARA REALIDADE DOS URU-EU-AU-AU 140 (2)

Em nota à Imprensa divulgada ontem, o Conselho Indigenista Missionário — Cimi — adverte o governo do Estado e a classe política de que «estão desinformando a opinião pública sobre a questão da demarcação da reserva Uru-eu-au-au». Nesse território, de acordo com o Cimi, está encravado o Parque Nacional dos Pakaa-nova.

A nota, na íntegra:

O Conselho Indigenista Missionário, diante das sucessivas alegações do governo estadual, de que a demarcação da reserva dos Uru-eu-au-au está prejudicando centenas de famílias de agricultores, denuncia a sórdida manobra de grupos políticos, criando conflitos entre índios e posseiros, com objetivos eleitoreiros ou agindo disfarçadamente a serviço de latifundiários, mineradoras e outros conglomerados econômicos.

— A ocupação de grande parte do território indígena por migrantes e empresas madeireiras vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, com o consentimento do Incra e sem a fiscalização da Funai. Essa situação agrava-se em épocas de eleições, quando políticos inescrupulosos incitam famílias a demarcar lotes no interior das reservas, contribuindo para o esmagamento de culturas milenares e dando margem a choques armados.

— A última investida contra as terras dos Au-au é patrocinada pela desinformação da opinião pública a respeito desse território. Fala-se «nos prejuízos de colonos nos projetos Burareiro e Pe. Adolpho Rohl», mas omite-se o fato de a totalidade do Parque Nacional dos Pakaa-nova (que nada tem a ver com o território dessa tribo) estar encravado na área oficializada pelo decreto presidencial 91.416, de 9 de julho deste ano. Para fiscalizar o Parque, inclusive, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — possui um posto no final da linha 81 do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto.

— Desde o começo deste século os Au-au vêm defendendo à mão armada, e com a maior coragem, as suas terras, contra os autores dos piores massacres da história indígena, nos seringais, Canaã Santa Cruz, Bennesby, Chaves e tantos outros.

— Quando se demarca os 1 milhão 832 mil hectares para a preservação da natureza e de um dos maiores povos indígenas da Amazônia, convém salientar que a sociedade capitalista não conseguiu ainda engolir a pílula da propriedade comunal dentro do sistema capitalista. Por isso as terras dos índios tem a sua demarcação retardada.

— Atualmente, quatro projetos de colonização cercam a área dos Au-au, resultando quase sempre em conflitos entre colonos e índios. É grande a velocidade do colonizador, diante de uma Funai acuada pelos interesses econômicos e da pressão que fazendeiros exercem sobre o governo estadual.

— É preciso que fique bem claro: graças aos Au-au, preserva-se uma das últimas reservas ecológicas do País, pois seu território inclui as cabeceiras dos principais rios de Rondônia.

— Até recentemente, a política oficial estimulava os fluxos migratórios, sempre acompanhados por interesses puramente econômicos. Seus métodos não diferem dos praticados por portugueses e espanhóis no Brasil Colônia: a usurpação indígena era autorizada em caso de «guerra», ou seja, para espoliação territorial.

Trata-se de uma guerra desigual, onde a cobiça dos poderosos choca-se com a resistência de povos indígenas decididos a manter as terras vitais a sua sobrevivência.

— A demarcação estabelecida pelo Grupo de Trabalho da Portaria n.º 1767/E, de 24-9-84, do qual fazia parte Apoena Meireles, é de apenas parte do imen-

so espaço territorial ocupado imemorialmente por esses índios.

Tais limites foram fixados apenas para segurar o incontrolável fluxo migratório, os quais o governo insiste e é induzido a desrespeitar.

A demarcação, homologação e registro do território indígena no Serviço de Patrimônio da União (SPU) comprometeu também a Funai, cujo papel inclui a proteção e vigilância contra invasores estimulados por alguns políticos. A sociedade, por sua vez, cabe zelar pelo respeito às terras indígenas, pela saúde e a cultura dos Uru-eu-au-au. Só assim a Funai estaria impulsionada a cumprir com a Constituição e Estatuto do Índio.

— Na Câmara Federal, deputados deste Estado, particularmente os senhores Assis Canuto e Francisco Sales, têm oferecido uma visão distorcida da História regional. Hoje, empolgados com a perspectiva de angariar votos na zona rural, condenam os Uru-eu-au-au «porque as 122 famílias que ora ocupam seu território estão assentadas em áreas que antigamente pertenciam a seringalistas tradicionais».

— Índios em Rondônia, sempre foram vítimas do interesse desenvolvimentista, o que não foge à regra outras regiões do País. Em 1948, o seringalista João Chaves confessou ao jornal «A Noite», no Rio de Janeiro, ter assassinado mais de cem índios «Boca-negra». Em 1950, o seringalista Clímaco fez uma expedição às malocas «Pakaa-nova» próximas ao Posto Indígena Major Amarante (hoje Ribeirão),

matando um bom número de índios. Em 1952, um seringalista, Silva, mandou um mateiro e quinze homens exterminarem uma maloca «Pakaa-nova» que ficava em seu seringal e já fora visitada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Mataram vinte índios, furando os olhos dos menores. O documento sobre o ataque é assinado por Francisco Meirelles, que afirma tratar-se do quarto massacre de «Pakaa-Manussakis, de Rio Ouro Preto, nova». Em 1955, o seringalista mandou um grupo de homens atacarem malocas. Houve várias mortes e um dos massacradores trouxe uma orelha para provar o serviço. O cortador de orelhas era conhecido como «Capitão Ossada». Em 611 havia notícia de acampamento indígena «Pakaa-nova» massacrado nas margens do Igarapé Ocaia. Em 63, havia também notícia de uma expedição do seringalista Manuel Lucindo contra um aldeamento «Pakaa-nova» sob jurisdição do PI Tanajura. Em 72, testemunhas afirmavam que o mesmo Manoel Lucindo ainda escravizava índios.

— o governador Ângelo Angelin, acompanhado de todos os prefeitos e de parlamentares de Rondônia foi ao presidente da República, José Sarney, solicitar uma revisão da demarcação das áreas indígenas, alegando que a reserva dos Au-au representa um enclave ao desenvolvimento do

Estado. Cometeu a grande aberração de alegar que os índios não seriam mais que 80, quando se sabe, os levantamentos do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Brasileiro (Polonoroeste) estimam em cerca de mil. Sua área de perambulação, portanto, deve permanecer intacta.

— A postura governamental demonstra muito bem a cobiça com que os grupos que pressionam o Palácio Presidente Vargas olham os índios e suas terras. Não há fundamento nas declarações do governador Ângelo Angelin, quando tenta justificar a diminuição da reserva (que inclui área do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF e PI Pakaa-nova, com administração separada), visando ao assentamento de colonos.

— Terras para assentamento de famílias de migrantes existem em Rondônia, muito embora o Plano de Reforma também aqui esteja sufocado. Existem milhares de hectares de terras improdutivos nas mãos de latifundiários, na região sul do Estado. Talvez ali pudessem ser colocadas as 700 famílias que, segundo o governo estadual, foram assentadas oficialmente pelo Inera nos projetos Burareiro (Ariquemes) e Adolpho Rohl (Jaru), e nos municípios de Porto Velho, Presidente Médice e Ouro Preto, «afetando ainda a produção de seringais em Guajará-Mirim e Costa Marques».

— As nações e os povos indígenas têm o direito de determinar o seu próprio sistema de propriedade. Desta maneira, pode-se depositar confiança em que o presidente da Funai, Apoena Meirelles, profundo conhecedor da região, não venha permitir o retrocesso quanto às delimitações reserva Au-au. Foi ele o principal agilizador do processo demarcatório, por ocasião dos primeiros contatos com esses índios.

— O CIMI considera que o governador Ângelo Angelin deva repensar vários aspectos envolvendo a participação de deputados federais, estaduais e de governadores de outros Estados em assuntos que só dizem respeito a Rondônia. Sua atuação em defesa da ecologia tornou-se conhecida desde a Assembleia Legislativa, onde, como deputado, sempre postulou o meio ambiente livre de toda espécie de agressão. O índio é quem mais preserva a ecologia.

— Se o governo deste Estado ceder aos interesses e caprichos de políticos e grupos econômicos descomprometidos com a identidade cultural de um povo, não lhe restará outra alternativa senão juntar-se aos que passam a História como genocidas.

Porto Velho, 14 de novembro de 1985.

**CONSELHO INDIGENISTA  
MISSIONARIO**

Regional de Rondônia